

## PROJETO DE LEI N° 8.035, DE 2010

*Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.*

### EMENDA MODIFICATIVA

*“Modifica o item 12.16. , do anexo do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, passando a ter a seguinte redação:*

*12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior em IES públicas, como forma de superar exames vestibulares individualizados.”*

#### Justificação

A LDB – Lei nº 9.394, de 1996 – extinguiu os vestibulares unificados, implantados autoritariamente pelo regime militar – Lei nº 5.540, de 1968, e Decreto-lei nº 464, de 1969. O exame vestibular, gerado nesse período, era centralizado, realizado nos mesmos dias e horários, sem qualquer respeito à autonomia universitária, às características institucionais e às diversidades regionais.

O art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, estabelece, em substituição aos vestibulares, processos seletivos, mais flexíveis, não remetendo à regulamentação do Poder Executivo. Cabe, portanto, a cada IES, pública ou privada, fixar suas normas internas para a organização, realização e apuração dos processos seletivos aos seus cursos de graduação.

Uma estratégia do PNE, como a 12.16, pode, no máximo, estimular as IES públicas, respeitada a autonomia dos Estados e do Distrito Federal, à realização de processos seletivos nacionais e regionais, mas não pode conduzir as IES mantidas pela livre iniciativa a essa “camisa de força”, que desrespeita a autonomia didático-pedagógica das instituições de todas as categorias administrativas.

A emenda proposta tem por objetivo excluir as IES privadas da obrigatoriedade de se submeterem a essa estratégia. Os processos seletivos nacionais e regionais podem prevalecer exclusivamente para IES Públicas.

Sala das sessões 23 de maio de 2011.

Deputado Izalci PR-DF